

RESENHA

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006, 293p.

O livro em questão – uma coletânea de estudos de caso sobre processos de “revitalização” de zonas centrais de cidades europeias e latino-americanas – foi originalmente editado em 2003, na França, com a coordenação de Catherine Bidou-Zachariasen¹ e a colaboração de Daniel Hiernaux-Nicolas² e Hélène Rivière d’Arc³.

O termo gentrificação, pouco explorado pelos geógrafos, permeia todos os artigos da coletânea. Este termo foi criado por sociólogos ingleses

¹ Socióloga e diretora de pesquisa do CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*), e diretora do IRIS (*Institut de Recherche Interdisciplinaire en Socio-Économie*) da *Université de Paris-Dauphine*. Suas pesquisas têm enfatizado o estudo das novas classes médias que surgem no curso das mudanças sociais características das sociedades chamadas por ela de pós-industriais, sendo que, dentro desta temática, a pesquisadora possui como preocupação central a articulação entre estrutura social e espaço, de onde vem seu interesse pelos geógrafos. Os principais livros publicados pela autora, além do abordado na presente resenha, são: “Les aventuriers du quotidien: essai sur les nouvelles classes moyennes”, de 1984; e “Proust sociologue, de la maison aristocratique au salon bourgeois”, de 1997.

² Geógrafo de formação e pesquisador da *Universidad Autónoma Metropolitana*, no México. Seus trabalhos privilegiam as questões urbanas contemporâneas, trazendo temas como empreendedorismo urbano, fundamentos territoriais do neoliberalismo, cidades mundiais e desafios habitacionais. O penúltimo artigo do livro é de sua autoria.

³ Autora do último artigo do livro, pesquisadora do *Centre de recherche et de documentation sur l’Amérique Latine*, do *Institut de Hautes Études de l’Amérique Latine*, em Paris. Seus trabalhos têm se direcionado para estudos sobre ações concretizadas e propostas de renovação/reabilitação urbana das cidades de São Paulo e México, mais especificamente. As temáticas enfocadas são os usos do território pelos agentes do desenvolvimento local, a descentralização e a competitividade dos territórios, e o comportamento das classes médias nos centros urbanos, que são para ela os novos lugares de produção de bens culturais.

da década de 60 para analisar o processo de substituição das classes populares pelas classes médias e altas em bairros desvalorizados de Londres. Mais tarde, Neil Smith e outros pesquisadores iriam retrabalhar o termo evidenciando a gentrificação como a marca da contemporaneidade, ainda que haja diferenças significativas entre aquela gentrificação inicial londrina e as que se veem hoje, nas grandes (e médias) cidades do mundo. Neste contexto, o livro trata de trazer à luz diferentes experiências de transformações territoriais em diferentes cidades do mundo partindo de pesquisas de fôlego nas quais foram colocadas aos autores as seguintes questões: os processos de gentrificação anglo-saxões estariam também presentes em outros contextos? Segundo que variantes? Que outros tipos de recomposições urbanas os acompanham?

O primeiro artigo é de Smith, sob o título “A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à ‘regeneração’ urbana como estratégia urbana global”. A “anomalia local” seria a gentrificação inicialmente identificada em Londres, onde os gentrificadores eram as camadas sociais que investiam por si próprias na reabilitação das moradias. Parece-nos que esta condição é identificada em algumas realidades abordadas pelos artigos que se seguem, como veremos adiante. Para Smith, esta foi apenas a primeira fase da gentrificação, tanto em Londres quanto em Nova Iorque. A segunda fase, a “consolidação da gentrificação”, teria tido lugar do fim dos anos 70 até 1989, sendo mais sistemática do que a anterior. A novidade é a participação da municipalidade que criava condições para os desinvestimentos na área e posteriores investimentos que tiravam proveito das condições desvalorizadas. A crise de 1989 teria freado um pouco este processo, mas nos bairros mais centrais a gentrificação teria começado a ser retomada a partir de 1994, desta vez partindo de uma estratégia global de “regeneração urbana” promovida pelo poder público em parceria com o poder privado. Esta fase, atual e generalizada, seria balizada pelo conceito de planejamento estratégico das cidades.⁴ A compreensão de que se trata de uma estratégia urbana global, segundo o autor, coloca-nos a necessidade de lutar contra este tipo de transformação das cidades.

⁴ Nesta concepção de cidade, “Em lugar de a razão política acompanhar a economia, ela agora se curva inteiramente diante dela. As políticas urbanas já não aspiram guiar ou regular o sentido do crescimento econômico, elas se encaixam nos trilhos já instalados pelo mercado, à espera de contrapartidas mais elevadas, seja diretamente, ou na forma de arrecadação de impostos” (p. 76).

O artigo seguinte – “A cidade revive! Formas, políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas” – foi escrito por Mathieu van Criekingen, da Universidade Livre de Bruxelas. O autor parte de expressões recorrentes em sua cidade nos últimos anos, como “a cidade revive”, “o coração da cidade voltou a bater”, etc., a fim de evidenciar o poder de atração que o centro da cidade de Bruxelas passou a exercer junto à população belga e, por que não, mundial, após uma série de dinâmicas de “revitalização”. Neste sentido, Criekingen relaciona sua abordagem com as questões levantadas por Smith no artigo anterior e em outros trabalhos, fazendo algumas críticas um tanto quanto ácidas às ideias do geógrafo. O autor acredita que, em Bruxelas, o que existem são outras dinâmicas não abordadas por Smith. Desta forma, ele discorda de Smith, uma vez que este último considera que a expressão base da contemporaneidade urbana seria a gentrificação (e todas as outras dinâmicas seriam derivadas deste processo). Neste contexto, Criekingen ressalta a necessidade de pensarmos a “revitalização” dos bairros centrais de uma cidade regional europeia, canadense ou latino-americana segundo dois níveis de observação: a manifestação das transformações sociais globais na escala local e as características socioespaciais sobre as quais aquelas se desenvolvem. Criekingen conclui que em Bruxelas a “revitalização” residencial não abrange os bairros antigos mais degradados e empobrecidos, e a gentrificação propriamente dita se revela muito limitada, reduzida a porções do tecido urbano antigo mais central. Segundo o autor, diferentemente da concepção de Smith, a demanda por espaços urbanos revitalizados em Bruxelas provém de grupos econômicos e demográficos diversificados, ainda que seus impactos sobre as populações mais pobres seja evidentemente negativo.

Jean-Yves Authier escreve o terceiro artigo da coletânea, intitulado “A gentrificação do bairro Saint-Georges, em Lyon: a convivência de mobilidades diferenciadas”. Nele, o enfoque está na mobilidade da gentrificação, ou melhor, das classes que participam do processo de gentrificação, uma vez que o fenômeno se manifesta primeiramente em certas zonas de extensão limitada e depois atinge todo o conjunto do bairro. É o que o autor pretende demonstrar com o estudo da “revitalização” do bairro de Saint-Georges, que se deu por ondas sucessivas de apropriação pela convivência de diferentes mobilidades, contrariando novamente os esquemas “clássicos” de análise do fenômeno.

O trabalho seguinte trás uma das experiências mais famosas de “revitalização” de zonas centrais: Barcelona. Nuria Claver, da

Universidade de Barcelona, é a autora do artigo “A Ciutat Vella de Barcelona: renovação ou gentrificação?”. A autora afirma que o que ocorre na Ciutat Vella é de fato um processo de gentrificação, porém muito distinto dos processos anglo-saxões. A começar pelo fato de que o debate sobre a necessidade de reformas urbanas na região antiga de Barcelona surgiu da pressão dos movimentos sociais urbanos, que invocavam a oportunidade da proximidade dos jogos olímpicos de 1992 para a atração de investimentos para o bairro. O modelo utilizado por Barcelona para a renovação abrangeu inicialmente um período de iniciativa pública baseada no que se chamou de uma intervenção urbanística estratégica, provocando posteriormente uma segunda fase que completou o processo: a reativação do mercado imobiliário e da atividade comercial.⁵ Apesar de rejeitar explicitamente o termo gentrificação, o poder público promove um tipo de centro urbano orientado para o consumo e especializado por zonas, sem se preocupar com a oferta de habitações populares, o que acaba gerando segregação socioespacial na área. O bairro de La Ribera, estudado pela autora, concentra a população mais pobre e pouco ou nada beneficiada pela dinâmica em questão, o que ilustra a segregação latente na Ciutat Vella. Ela conclui que essa condição segregacional poderá se estender para outros bairros caso não haja uma redefinição da política municipal de habitação de forma participativa.

O quinto artigo – “A reapropriação do patrimônio simbólico do centro histórico de Nápoles” – é de autoria de Raffaele Cattedra e Maurizio Memoli, do Instituto Universitário Oriental, em Nápoles. Sua riqueza está em trazer à discussão a questão das representações do espaço e os modos de construção da imagem da cidade no contexto das “revitalizações”, já que ambos estariam diretamente subordinados às lógicas da política urbana. Nápoles seria representada como uma cidade “extraordinária” em todos os sentidos, desde sua beleza natural até sua situação extremamente “desordeira” e caótica. O que tem havido, contudo, desde os anos noventa, é a tentativa de normalização, pelo poder público, de tudo o que fosse “extraordinário”, sendo que a âncora deste processo de normalização seria a reconversão do Centro Antico, um lugar cuja representação era a pior possível e que passou a ser representado como um lugar “com vida”, a partir do estímulo à diversificação das atividades, reabilitação das moradias e a premissa de que toda a reconversão seria realizada sem a construção de novas unidades. Afirmando os autores que, em Nápoles, o processo de

⁵ Estes procedimentos parecem estar se desenhando na proposta de “revitalização” da zona portuária do Rio de Janeiro – o projeto Porto Maravilha.

reconversão do centro contou com a participação efetiva da população, que acabou desempenhando o papel de atores políticos, mas a presença simultânea de pessoas que mantêm diferentes relações com os lugares (consumidores culturais, frequentadores de restaurantes e cafés, turistas, jovens das classes populares) não constituiria um “alegre *melting-pot*”, podendo gerar conflitos de apropriação (inclusive simbólica). Cattedra e Memoli concluem o artigo com a percepção de que não tem havido, na cidade, a manifestação de um verdadeiro processo de gentrificação, ainda que ela conserve suas estratificações sociais através da delimitação de seus territórios.

Os dois artigos que se seguem podem ser abordados em conjunto, uma vez que ambos tratam de cidades mexicanas. Patrice Melé, pesquisador do *Centre de Recherche de l'Université François Rabelais*, de Tours, é autor de “(Re)investir nos espaços centrais das cidades mexicanas”; enquanto o co-organizador do livro, Daniel Hiernaux-Nicolas, é autor de “A reapropriação de bairros da Cidade do México pelas classes médias: em direção a uma gentrificação”. O primeiro deles evoca a necessidade de se considerar que muitos dos espaços que são alvo de (re)investimentos que buscam (re)valorizá-los, na realidade, nunca foram desvalorizados, um dado importante que mostra que devemos considerar as estruturas de poder que existiam naquele espaço e que vão interferir consideravelmente no processo de (re)valorização (para quem?). O que tem ocorrido, para ele, é a banalização da zona central e não sua gentrificação, uma vez que as ações que visam a “revitalização” são pontuais e buscam homogeneizar o espaço.

O artigo de Hiernaux-Nicolas inicia-se afirmando que o que tem ocorrido no centro histórico da Cidade do México seria sim um processo de gentrificação, ainda que possua particularidades. Para o autor, este processo estaria diretamente relacionado à competitividade dos centros históricos em relação ao processo de globalização. A valorização do centro histórico, deslançada com o apoio do grande capital (o empresário Carlos Slim foi um dos principais patrocinadores dos projetos) constitui um capital simbólico, de base cultural, fortemente fixado no território. Mais uma vez, o centro é observado como arena de lutas por apropriação entre diferentes grupos sociais, incluindo as classes mais abastadas.

Por fim, o livro trás o artigo de Hélène Rivière d'Arc sobre São Paulo, cujo título é “Requalificar o século XX: projeto para o centro de São Paulo”. As interrogações que permeiam o artigo são: essa “gentrificação sem passado” da qual nos fala Neil Smith de repente se torna, nos anos

oitenta, uma estratégia urbana global e concentrada? E qual papel seria então reservado ao antigo espaço construído no centro urbano nessas novas configurações? Novamente, as representações sobre o centro de São Paulo – uma região pobre, degradada, tomada por criminosos e usuários de drogas – não dariam conta da presença de bairros de tradição burguesa (alguns setores da área da República) e tradicionais de comércio especializado (Bexiga) e étnico (Liberdade), para citar apenas alguns exemplos de uma mistura social, espacial, urbana e histórica, nas palavras da autora. Ainda, desde o início do século XXI, houve uma alternância entre administrações municipais de esquerda e direita, o que dificulta a continuidade dos projetos e planos. As prefeituras do Partido dos Trabalhadores especulam sobre uma eventualidade muito remota, pois se acentua na região central uma extrema pobreza que se impõe e nada nos permitiria pensar que haverá lugar para os novos produtos culturais, incluindo os serviços procurados pela nova classe média. A autora finaliza o artigo com uma questão interessante que devemos transpor também para a realidade carioca com a proposta do Porto Maravilha: seria essa “uma chance que pode permitir a São Paulo evitar os excessos da competição pela reapropriação estratégica do espaço urbano, tal como a vê Neil Smith?” (p. 289).

Para nós, fica a questão: o que podemos tirar dessas experiências? Como uma primeira aproximação, diríamos que os processos de gentrificação em outras cidades não anglo-saxãs, quando ocorrem, são de fato distintos dos processos analisados por Neil Smith, uma vez que as localidades, em sua maioria, são compostas por grupos sociais variados que lutam pela apropriação do mesmo espaço. Cada grupo possui suas estratégias de luta, sendo que elas devem ser consideradas na análise das possíveis transformações das zonas centrais das grandes cidades. Todas as experiências relatadas mostram que o modelo da gentrificação de Smith não se verifica naquelas realidades, ainda que sirva como uma espécie de orientação para a pesquisa. Ficamos com Criekingem quando este afirma que nossos estudos devem focar dois campos de observação: o da manifestação global na escala local e o das características socioespaciais sobre as quais ela se desenvolve.

Letícia Giannella